

ARQUIVO 3

Artigo

ALCA: A REALIDADE DA INTEGRAÇÃO CONTINENTAL

A Estratégia Possível



CARLOS MAURÍCIO DE CARVALHO FERREIRA,
 Superintendente do IPAT - UNA

Artigo do economista senior do Banco Mundial, Alexander Yeats, bem como as manifestações dos

representantes governamentais norte-americanos, Charlene Barshefsky e Stuart Eizenstat, criticando o MERCOSUL e a "lentidão" na política de abertura comercial brasileira ao exterior, explicitaram os interesses contidos na constituição de uma Zona de Livre Comércio das Américas e, enfim, a realidade da integração continental. O aspecto fundamental entre as posições polares do multilateralismo e do regionalismo é a estratégia possível, em uma situação que Juan Palacios¹ chama de "extrema assimetria" entre os trinta e quatro países, que podem se tornar signatários de um Acordo de Livre Comércio das Américas.

Estas posições polares encerram dois aspectos dominantes, a saber: o econômico e o político. O Brasil, em princípio, poderia explorar uma estratégia independente, uma vez que suas exportações e importações se distribuem de uma forma bastante harmônica entre vários países e blocos econômicos, dando-lhe uma feição de "global trader", aqui entendido como um país que negocia em pé de igualdade com os demais, sem depender excessivamente de qualquer um deles. A explicitação dos interesses franceses no âmbito do MERCOSUL, revelados com a vinda ao Brasil do presidente Jacques Chirac, sugere um posicionamento intermediário de negociação. Como alerta o Ministro Rubens Ricupero, normalmente é sempre melhor negociar em âmbito multilateral do que regional. Porém, é preciso considerar se esta posição encontra guarida na real capacidade competitiva do Brasil, no presente cenário mundial. Por outro lado, nem mesmo os países de economias dominantes são capazes de controlar o curso da economia mundial. O mundo vive hoje uma forte dicotomia entre o multilateralismo e o regionalismo, face às profundas transformações tecnológicas dos últimos anos, com fortes implicações econômicas e políticas. No âmbito político, existem acirradas disputas pelas hegemonias hemisféricas, de acordo com as estratégias geopolíticas das nações de economias dominantes, que visam, particu-

¹ PALACIOS L, Juan José. El Nuevo Regionalismo Latinoamericano: El Futuro De Los Acuerdos de Libre Comercio (professor do Departamento de Estudos do Pacífico da Universidade de Guadalajara, México) "Revista Comercio Exterior", Abril de 1995.

larmente, a garantir o acesso ao mercado das chamadas economias emergentes (economias em processo adiantado de industrialização e estabilidade macro-econômica), como a brasileira, e a controlar o acesso das suas exportações e dos seus investimentos financeiros e produtivos, em suas "áreas de influência".

Neste contexto, o empresariado nacional, em particular do setor industrial, caminhou rapidamente para um posicionamento realista e cauteloso nas

negociações no âmbito da ALCA, qual seja a de uma **abordagem seqüencial e escalonada**. Este posicionamento é o que mais se aproxima dos pontos de vista expressos pelos experientes diplomatas brasileiros, nascidos nas negociações, não apenas nas rodadas de Tóquio e do Uruguai, no âmbito do GATT, mas também no âmbito do MERCOSUL, que levou em consideração o reconhecido fracasso da ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio), nos idos da década de sessenta, justamente por causa de uma

liberalização de forma discriminatória para determinados bens, não se estabelecendo um mecanismo para garantir uma justa distribuição dos custos e dos benefícios da integração, não se prevendo a harmonização das políticas econômicas dos países, o que resultou em uma forte oposição setorial, sendo que as indústrias se concentraram nos países mais desenvolvidos, em detrimento dos demais, faltando realismo com relação às dificuldades de harmonização das políticas econômicas entre os Países Membros.

A Cautela e o Gradualismo

Nestas circunstâncias não existem muitas alternativas ou jogos estratégicos, a não ser a cautela e o gradualismo encerrados em uma forma preliminar de integração que é a *Zona ou Área de Livre Comércio*. A evolução da integração se dá primeiro através da constituição de uma *Área de Preferência Tarifária*, a integração mais simples, seguida de uma *Área ou Zona de Livre Comércio*, de uma *União Aduaneira*, de um *Mercado Comum* e, finalmente, por uma *União Econômica*. Neste sentido, o Brasil referenda uma posição em bloco ("building blocks")², de interesse do MERCOSUL, concentrando as discussões iniciais na busca de acordos práticos para a facilitação do comércio intra-regional, ("business facilitation"), e que incluem, a unificação de toda a regulamentação dos países da região com relação às condições de admissão de mercadorias, notadamente da área agrícola; identificação de oportunidades de negócios, em escala hemisférica, em forma de rede de acesso universal; criação de uma rede de "rodas de negócios" de forma interativa e participativa, com o oferecimento de oportunidades comer-

ciais para todos os agentes econômicos dos países membros e o avanço nos

...as nações dominantes, como os Estados Unidos, lutam para a liberalização no comércio internacional dos itens que lhes interessam e que, como comentamos, são o bens e serviços, contendo alta tecnologia, tais como as telecomunicações e a informática

programas de disciplinamento de produtividade e qualidade, bem como de certificação. Além disto, Aldo Ferrer, no seu artigo seminal sobre o MERCOSUL³, e Tania Garcia Lorenzo⁴ chamam a atenção para o fato da

necessidade da integração interindustrial ou por produtos, e não por setores, e a acordos de integração tendentes a incrementar a capacidade produtiva dos Países Membros.

Além do mais, acrescenta-se à essas discussões a definição e a reconstrução de infra-estrutura interna no País e novas formas efetivas de cooperação técnica e econômica entre o vasto contingente de nações americanas. Aliás, é bom observar alguns fatos relevantes que delimitam o espaço de negociação com vistas a um Acordo Livre Comércio das Américas (ALCA), a saber: 1. Nos últimos seis anos o Brasil realizou uma avançada política de abertura comercial ao exterior, reduzindo de 1990 a 1996, a tarifa média de importação de 32,2% para 12,7% e a moda tarifária (valor mais comum das tarifas) de 40% para 14%; 2. O México aceitou uma "regra de origem" que estabelece a obrigação de adquirir 62,5% das matérias-primas da sua indústria automobilística nos Estados Unidos, até o ano 2002. Esta regra do NAFTA (North American Free Trade Agreement) afastou os investimentos asiáticos e japo-

² Neste contexto veja: (Apud PALACIOS, op. cit.) CURTIS, John, Emerging Economic Areas: Building Blocks for Regional and Global Cooperation? An Address on the North American Free Trade Agreement? IX Reunión General del Consejo de Cooperación Económica del Pacífico. San Francisco, California, 22-25 de septiembre de 1992.

³ FERRER, Aldo. Mercosur: Trayectoria, Situación Actual y Perspectivas. *Revista Comercio Exterior*, noviembre de 1995.

⁴ LORENZO, Tania Garcia. La Asociación de Estados del Caribe: Potencialidades y Desafíos. *Revista Comercio Exterior*, abril de 1995.

neses do País; 3. A acentuada queda na participação relativa da produção de aço dos países altamente industrializados revela as suas estratégias de concentrarem seus esforços em indústrias de tecnologias altamente avançadas e de grande rentabilidade, como as telecomunicações.

Enfatiza-se, pois, que o gradualismo, a cautela e as decisões conjuntas no âmbito do MERCOSUL (*"single undertaking"*), o qual já se constitui em uma forma mais avançada de integração econômica, são fundamentais, uma vez

que as nações dominantes, como os Estados Unidos, lutam para a liberalização no comércio internacional dos itens que lhes interessam e que, como comentamos, são o bens e serviços, contendo alta tecnologia, tais como as telecomunicações e a informática. Por outro lado, criam significativas barreiras tarifárias e não-tarifárias para os produtos de menor conteúdo tecnológico, exportados pelos demais países, mormente os de origem agropecuária.

Por fim, não bastam as discussões em torno dos doze itens que compõem a

agenda do Fórum Empresarial do III Encontro das Américas. Haveria de se considerar as "estratégias reestruturantes" de médio e longo prazos do parque industrial e da reposição e desenvolvimento da infra-estrutura econômica e social. Sem a capacidade de acompanharmos a drástica redução dos "ciclos de vida" de produtos processos e tecnologias, os países latino-americanos viverão em contínuo risco de crises financeiras em suas contas comerciais e de transações correntes com o exterior.